



Lisbon School
of Economics
& Management
Universidade de Lisboa

MESTRADO

DESENVOLVIMENTO E COOPERAÇÃO INTERNACIONAL

TRABALHO FINAL DE MESTRADO

DISSERTAÇÃO

**DESIGUALDADE URBANO-RURAL NO VIETNAME: 1986-
2016**

HAIYUN WU

OUTUBRO - 2021

MESTRADO

DESENVOLVIMENTO E COOPERAÇÃO INTERNACIONAL

TRABALHO FINAL DE MESTRADO

DISSERTAÇÃO

**DESIGUALDADE URBANO-RURAL NO VIETNAME: 1986-
2016**

HAIYUN WU

ORIENTAÇÃO:

PROFESSOR DOUTOR ALEXANDRE ABREU

OUTUBRO - 2021

ACRÓNIMOS

APEC – Cooperação Económica Ásia-Pacífico

CPV – Partido Comunista do Vietname

IDE – Investimento Direto Estrangeiro

PIB – Produto Interno Bruto

SBVN – State Bank of Vietnam (Banco Central do Vietname)

USD – Dólar dos Estados Unidos

RESUMO, PALAVRAS-CHAVE E JEL CODES

Esta dissertação explora a relação entre as políticas económicas e as diferenças urbano-rurais no Vietname no período 1986-2016, colocando para tal três questões centrais:

- Quais têm sido as diferenças de desempenho entre as zonas urbanas e rurais do Vietname no contexto do processo de crescimento e desenvolvimento deste país?
- Quais têm sido os principais fatores que explicam as desigualdades e diferenças de funcionamento entre as zonas urbanas e rurais deste país?
- Em que medida é que as políticas de desenvolvimento do Vietname contribuíram para o aprofundamento destas desigualdades e diferenças?

Com base numa revisão da literatura e na análise de dados estatísticos relevantes, conclui-se que a política económica do Vietname tendeu a favorecer sobretudo indústrias que promovem o desenvolvimento urbano, proporcionando um contributo direto ou indireto para o crescimento económico urbano e acentuando assim uma disparidade cada vez maior entre as áreas urbanas e rurais deste país.

Palavras-chave: Desigualdade urbano-rural; Viés urbano; *Urban Bias*; Política; Doi Moi; Vietname.

JEL CODES: O15; O18; O24; O38; P16; P21.

ÍNDICE

Acrónimos	i
Resumo, Palavras-chave e JEL Codes.....	ii
Índice	iii
Índice de Figuras	iv
Agradecimentos	v
1. Introdução.....	1
2. A teoria do viés urbano (<i>urban bias</i>).....	2
2.1 Estudos e debates sobre a primeira fase da teoria do viés urbano.....	4
2.2 Estudos e debates sobre a segunda fase da teoria do viés urbano.....	6
2.3 As visões da teoria neoclássica e da teoria do viés urbano sobre a formação da desigualdade urbano-rural.....	9
3. Doi Moi e viés urbano no Vietname.....	11
3.1 Contexto de implementação do Doi Moi	11
3.2 A desigualdade urbano-rural no Vietname e as Políticas de Doi Moi entre 1986 e 2016	15
4. Conclusão	31
Referências	33

ÍNDICE DE TABELAS E FIGURAS

TABELA I: Eventos da história moderna do Vietname.....	14
TABELA II: Índice de Gini no Vietname	15
TABELA III: Taxas de pobreza geral, urbana e rural no Vietname.....	19
TABELA IV: Estrutura de Qualificações da População Rural e Urbana do Vietname, 1993 e 1998	20
TABELA V: Percentagem de Trabalhadores Qualificados.....	20
TABELA VI: População Urbana e Rural do Vietname (%)	22
TABELA VII: Investimento Direto Estrangeiro com Destino ao Vietname, 1986 - 2016	27
FIGURA 1 – Rendimento médio mensal por região	17
FIGURA 2 – Despesa média mensal por região.....	17
FIGURA 3 – Taxa de crescimento da população do Vietname	22

AGRADECIMENTOS

Antes de tudo, a minha mais profunda gratidão é especialmente dedicada ao Professor Alexandre Abreu, o meu supervisor, pelo seu constante encorajamento e orientação. O Professor Alexandre acompanhou-me em todas as etapas da redação desta dissertação e sem a sua consistente e esclarecedora instrução, esta dissertação não poderia ter chegado à sua etapa atual.

Em segundo lugar, gostaria de agradecer à minha família, que por razões mais fortes do que nós todos, pela pandemia, estivemos separados há mais de dois anos. Mesmo com a enorme distância que se encontra entre nós, se não tivesse o apoio e o encorajamento persistente, não teria sido capaz de completar o meu curso de mestrado.

Para terminar, um agradecimento especial a todos os profissionais de saúde em todo o mundo, que nos serviram a todos em circunstâncias tão excepcionais. Dedico toda a minha esperança no término em breve desta pandemia.

DESIGUALDADE URBANO-RURAL EM VIETNAM: 1986-2016

Haiyun Wu

1. INTRODUÇÃO

No final dos anos 80 e início dos anos 90, o governo vietnamita embarcou num ambicioso programa de reformas económicas chamado Doi Moi, ou “renovação”. O objetivo desta reforma consistiu em transformar o sistema económico centralizado planeado pelo Estado numa economia mais descentralizada e orientada para o mercado, na qual o setor privado fosse o principal motor do crescimento. Os elementos-chave do programa de reforma incluíram uma reforma agrária e fundiária (a Lei da Terra de 1987 e o Decreto nº 10 de 1988), uma revisão do setor público e das empresas estatais (as empresas não rentáveis foram encerradas ou vendidas e o número de funcionários do setor público foi drasticamente reduzido), a reforma das empresas privadas e uma abertura da economia ao comércio internacional e ao IDE (as tarifas foram reduzidas e um grande número de restrições quantitativas ao comércio foram flexibilizadas ou abolidas) (Thoburn, 2009).

Na sequência da implementação destas medidas económicas, o Vietname tornou-se uma das economias em maior crescimento no mundo nos anos 90, com uma taxa de crescimento anual do PIB que apenas ficou atrás da China. Após a passagem do milénio, o Vietname continuou a ser uma das economias em crescimento com maior potência na Ásia. Atualmente, a redução da pobreza é o principal objetivo deste desenvolvimento e o Vietname tem alcançado bastante sucesso na prossecução desta meta. Com efeito, o desenvolvimento económico do Vietname tem proporcionado condições muito favoráveis para a diminuição da pobreza. No entanto, o fosso entre ricos e pobres e a diferença entre as áreas urbanas e rurais não convergiu, tendo nalguns casos até piorado. Por outras palavras, as cidades e as áreas rurais do Vietname têm beneficiado das reformas económicas em graus muito diferenciados.

Há contributos teóricos e evidência empírica que sugerem que, mesmo em períodos de forte crescimento económico, os níveis elevados de desigualdade são prejudiciais à redução da pobreza, para além de intrinsecamente prejudiciais a diversos níveis. Porém, a maior parte da literatura teórica recente tem-se centrado sobretudo na questão da redução da pobreza, com pouca atenção prestada à desigualdade, particularmente à

DESIGUALDADE URBANO-RURAL EM VIETNAM: 1986-2016

HAIYUN WU

divisão urbano-rural nos países em desenvolvimento. Com vista a contribuir para preencher esta lacuna, este trabalho procurará examinar a questão da desigualdade urbano-rural e a sua relação com as políticas governamentais no Vietname. As principais questões de investigação são:

- Quais têm sido as diferenças de desempenho entre as áreas urbanas e rurais do Vietname no contexto do processo de crescimento e desenvolvimento deste país?
- Quais têm sido os principais fatores explicativos das desigualdades e diferenças de desempenho entre as áreas urbanas e rurais?
- Até que ponto é que as políticas de desenvolvimento do Vietname têm contribuído para aprofundar essas desigualdades e diferenças?

A fim de responder às perguntas propostas anteriormente, este artigo utilizará uma abordagem de análise documental e será orientado pela teoria do viés urbano (ou “*urban bias*”: Lipton 1977)), a fim de apoiar a análise do papel das políticas governamentais vietnamitas dos anos 90 na evolução da desigualdade rural-urbana. A principal contribuição do presente trabalho é assim no sentido do desenvolvimento da investigação sobre a extensão da desigualdade rural-urbana no Vietname após o ano 2000 e as razões da sua ocorrência.

O resto desta dissertação está organizada da seguinte forma: após esta introdução, o segundo capítulo apresenta e discute as ideias centrais da teoria do viés urbano, incluindo as principais fases do seu desenvolvimento e alguns pontos de vista críticos sobre esta teoria que teve origem na obra de Lipton (1977). Seguidamente, o terceiro capítulo discute os antecedentes históricos das reformas económicas do Vietname, caracteriza a evolução da desigualdade rural-urbana no Vietname durante os últimos 30 anos e analisa os impactos das políticas sobre a desigualdade urbano-rural. Finalmente, o último capítulo apresenta as conclusões.

2. A TEORIA DO VIÉS URBANO (*URBAN BIAS*)

O facto de muitos países em vias de desenvolvimento investirem na agricultura e nas infraestruturas rurais, em domínios como a saúde e a educação, é benéfico para o crescimento e para a eliminação da pobreza. No entanto, são muitos os casos em que se

verifica um preconceito ineficiente e sistemático contra a agricultura e a economia rural na alocação de recursos para o desenvolvimento (Bezemer & Headey, 2008).

Após a 2ª Guerra Mundial, os países recém-independentes da Ásia, África e América Latina procuraram caminhar rapidamente no sentido da independência econômica e da prosperidade nacional. A maioria deles escolheu o modelo de desenvolvimento urbano-industrial, colocando em prioridade o desenvolvimento dos setores industriais de modo a propulsionar o crescimento econômico do país inteiro. No entanto, em muitos casos o modelo de desenvolvimento urbano-industrial teve poucos efeitos e prejudicou o desenvolvimento do setor rural.

Nas décadas de 1950 e 1960, em particular, a maioria dos países do terceiro mundo implementou um modelo de desenvolvimento urbano-industrial marcado pela estratégia de industrialização por substituição de importações assente na intervenção governamental (Jones & Corbrideg, 2010). No processo de implementação desta estratégia, os países em desenvolvimento não apenas sobrevalorizaram em geral as suas moedas nacionais e recorreram ao uso de medidas de proteção comerciais, como tarifas e cotas de importação, como também recorreram a agências governamentais ("*marketing boards*") para monopolizar o comércio de produtos industriais e agrícolas e distorcer deliberadamente os preços dos produtos industriais e agrícolas (Lipton, 1977). Esta estratégia permitiu capturar os excedentes agrícolas e canalizá-los para o desenvolvimento do setor industrial urbano. Porém, de modo geral, isso implicou pagar um preço elevado, a par de resultados que em muitos casos foram bastante limitados.

Em particular, o controlo do mercado pelo governo comprometeu a vitalidade e eficiência econômicas e conduziu à formação de ineficiências e comportamentos caracterizados pela captura de rendas ("*rent seeking*"). A indústria pesada e capital-intensiva teve em muitos países dificuldade em tornar-se competitiva a nível internacional, obrigando os governos a proteger adicionalmente as empresas ineficientes. Houve assim um conjunto de "falhas governamentais" (Lipton, 1977). Mais importante ainda, o modelo de desenvolvimento urbano-industrial causou uma série de problemas adicionais ao nível da distorção das relações urbano-rurais e da expansão do fosso urbano-rural.

No processo de reavaliação do modelo de desenvolvimento urbano-industrial, Michael Lipton propôs originalmente a teoria do viés urbano (“*urban bias*”) no seu livro *Why poor people stay poor* (Lipton, 1977), que forneceu um quadro inovador para a análise do viés urbano dos países do terceiro mundo e deu origem a um grande interesse sobre este tema por parte da investigação acadêmica.

Lipton (1977) apontou que na maioria dos países em desenvolvimento, embora a população urbana represente uma pequena proporção da população total, o estrato urbano é muito mais organizado, faz mais *lobbying* e é politicamente mais influente do que o estrato rural, o que favorece o modelo de desenvolvimento dominante. Os governos tendem por isso a implementar uma série de políticas de investimento, de tributação, de preços e outras que favorecem o desenvolvimento urbano, o que leva a que as áreas e populações urbanas capturem uma grande parcela dos recursos, causando distorções nas relações entre os meios urbano e rural e dificultando a subsistência dos agricultores e camponeses. É esta a ideia central da teoria do viés urbano.

Nas últimas décadas, a teoria do viés urbano passou por duas etapas principais distintas (Jones & Corbrideg, 2010). As questões centrais e as direções de pesquisa da teoria não são as mesmas nessas duas fases. Na primeira fase, a questão central da teoria do viés urbano é dedicada à distorção de preços (ou “*price twists*”). Na segunda fase, os estudos sobre o viés urbano focaram-se sobretudo na questão da orientação da despesa e das políticas públicas. Este capítulo apresenta e discute as questões centrais que caracterizam estas duas etapas da teoria do viés urbano e as pesquisas e debates que estão relacionados com cada uma dessas fases.

2.1 Estudos e debates sobre a primeira fase da teoria do viés urbano

Na sua primeira fase, o tema central da teoria do viés urbano centra-se na distorção de preços entre produtos industriais e agrícolas nos países em desenvolvimento. Nesta etapa, a teoria do viés urbano apresenta sobretudo os seguintes seis argumentos (Lipton, 1977; Jones & Corbrideg, 2010):

1. Do ponto de vista da equidade, as áreas rurais concentram a maior parte da população pobre, pelo que a redistribuição das áreas urbanas para as rurais deve ser promovida;

DESIGUALDADE URBANO-RURAL EM VIETNAM: 1986-2016
HAIYUN WU

2. Da perspectiva da eficiência, é nas áreas rurais que se localiza a maioria dos fatores de produção de baixo custo que podem promover o crescimento económico, pelo que as áreas rurais devem ser consideradas como importantes locais de investimento;

3. Uma vez que a classe urbana tem a maior parte das capacidades organizacionais, atividades de *lobby* e influência política, os governos tendem a implementar uma série de políticas enviesadas pró-urbanas;

4. As áreas rurais possuem muito poucos recursos públicos, por exemplo nos domínios da educação e saúde, o que faz com que as elites rurais migrem para as cidades. O conflito de interesses entre a classe urbana e a classe rural torna-se a principal contradição do terceiro mundo contemporâneo;

5. Em contraste com os residentes urbanos com níveis de rendimento semelhantes e considerando o reduzido investimento público do governo nas áreas rurais, os agricultores e camponeses são forçados ao pagamento de impostos excessivamente pesados e são explorados por políticas que distorcem os preços;

6. A alocação urbana enviesada de recursos e políticas que distorcem os preços é injusta e ineficiente, o que restringe severamente o nível de produção total da sociedade.

Durante este período, a pesquisa sobre o viés urbano nos países em desenvolvimento concentrou-se principalmente nos dois aspetos seguintes.

Em primeiro lugar, a pesquisa sobre o mecanismo de formação do próprio viés urbano. Lipton (1977) acreditava que a principal razão para o viés urbano nos países em desenvolvimento consiste na sua estrutura política, em particular o facto de os residentes urbanos e rurais dos países em desenvolvimento serem profundamente desiguais em termos da sua capacidade de negociação e influência política.

O cientista político americano Bates (1981) apoiou a análise de Lipton do mecanismo de formação do viés urbano com a sua investigação desenvolvida na África Subsaariana. Nestes países, os pequenos agricultores têm dificuldade em organizar-se devido à dispersão das suas residências e às estruturas de governo deficientes, pelo que a sua influência política é extremamente limitada. Em contraste, os residentes urbanos e os agricultores ricos têm a capacidade de formar grupos de interesse, conseguindo persuadir os governos a proteger os seus interesses.

O segundo aspeto central desta fase foi o estudo das distorções de preços (*“price twists”*) nos países em desenvolvimento. Tal como resumida por Jones e Corbrideg, (2010), a ideia é que os bens e os serviços originários das áreas rurais tendem a surgir subvalorizados em relação à 'norma' de mercado, enquanto os bens que das áreas urbanas para as áreas rurais tendem a ser sobrevalorizados face a essa mesma norma.

Bates (1981) estudou o sistema agrícola na África Subsaariana e acreditava que a raiz da crise alimentar e da turbulência política na região não consistia em causas naturais, tais como as mudanças climáticas e a desertificação, mas sim nas distorções de preços impostas pelos governos em detrimento dos pequenos agricultores. Para Lipton, em contraste, essas distorções de preços, embora importantes, eram sintomáticas de uma desigualdade muito mais profunda na distribuição do poder social e económico entre o campo e a cidade.

Nessa altura, a teoria do viés urbano foi objeto de críticas por diversos economistas, as quais incidiram principalmente sobre os seguintes pontos (Jones & Corbrideg, 2010):

1. O método de medição usado pela teoria do viés urbano é inadequado;
2. A teoria do viés urbano carece de evidências relevantes; e
3. A teoria do viés urbano não define claramente a extensão da classe urbana e da classe rural: Keith Griffin (1977), por exemplo, contestou a tentativa de Lipton de explicar as diferenças intrassectoriais de riqueza e poder através da inclusão dos membros da elite rural na classe urbana e dos pobres urbanos na classe rural.

2. 2 Estudos e debates sobre a segunda fase da teoria do viés urbano

No início da década de 1980, muitos países em desenvolvimento enfrentaram contínuas dificuldades de balança de pagamentos e crises de dívida, tendo sido forçados a pedir ajuda ao Banco Mundial e ao Fundo Monetário Internacional. Nesse processo, estas instituições financeiras internacionais tornaram o "ajustamento estrutural"¹ um pré-requisito para a concessão de empréstimos aos países em desenvolvimento. A política de

¹ Em particular, as duas instituições de Bretton Woods exigiram de uma forma geral que os países mutuários implementassem um conjunto de políticas alinhadas com o chamado “Consenso de Washington”, caracterizadas pela liberalização interna e externa, privatização e redução da despesa pública.

ajustamento estrutural fez-se assim acompanhar por um novo paradigma teórico contrário à estratégia de industrialização por substituição de importações, procurando reduzir ou mesmo eliminar o excessivo controlo da economia por parte dos governos.

Segundo Jones e Corbrideg (2010), Michael Lipton, num artigo em co-autoria com Eastwood (Eastwood & Lipton, 2000), concordou que as políticas de ajustamento estrutural enfraqueceram as distorções de preços nos países em desenvolvimento e admitiu que isso contribuiria para o crescimento económico e para a redução da pobreza nos países em desenvolvimento. No entanto, Lipton destacou igualmente que a partir de meados da década de 1980, devido à forte influência da classe urbana nas políticas públicas, a despesa pública da maioria dos países em desenvolvimento foi direcionada para o setor urbano, o que levou a um viés urbano ao nível dos serviços públicos. O enfraquecimento das distorções de preços foi por isso mais do que compensado pelo aumento do viés urbano no plano da despesa pública.

Lipton (1993) argumenta que o viés urbano da despesa pública não só aumenta diretamente os custos de acesso à saúde e educação ou de construção de infraestruturas nas áreas rurais, como também produz outros efeitos negativos indiretos. Por exemplo, o viés urbano da despesa pública melhora o nível dos serviços públicos nas cidades e atrai mais capital, tecnologia e empresas para essas mesmas cidades, mas a aglomeração urbana provocada por essa orientação política não é propícia ao desenvolvimento económico e social geral.

A visão de Lipton sobre o viés urbano ao nível da provisão dos serviços públicos tem recebido amplo suporte empírico. O relatório do Banco Mundial (2003) mostra que nas áreas da educação básica, saúde, infraestruturas e outros serviços públicos, os sectores rurais dos países em desenvolvimento estão relativamente atrasados em relação às cidades. Na ausência de atividades de *lobbying*, presume-se que os residentes urbanos e rurais tenham a mesma voz. No entanto, como a classe urbana tem maior capacidade de obter e utilizar informações do que a classe rural, ela pode influenciar com mais facilidade e com maior intensidade os resultados das eleições, criando incentivos aos governos para que os recursos públicos sejam direcionados para o setor urbano.

Bezemer & Headey (2008) concluíram, por meio de análise de regressão, que se o investimento público rural é considerado um fator-chave na promoção do

desenvolvimento agrícola e na melhoria do bem-estar rural, então o viés urbano nos países menos desenvolvidos continuou a deteriorar-se nos últimos 30 anos, o que tem levado a um aumento contínuo das diferenças em termos de bem-estar entre os residentes das áreas urbanas e rurais. Para estes autores, o viés urbano constitui, a longo prazo, o principal obstáculo ao desenvolvimento económico e à erradicação da pobreza nos países menos desenvolvidos.

Nesta fase, surgiram novas críticas e dúvidas sobre a teoria do viés urbano no contexto académico. Muitas dessas críticas fizeram remontar o problema ao ponto de partida da teoria do viés urbano, que se materializa nos três aspetos seguintes (Jones & Corbridge, 2010).

O primeiro tipo de crítica é que a teoria do viés urbano carece de atenção à pobreza urbana nos países em desenvolvimento. Após a 2ª Guerra Mundial, os países em desenvolvimento passaram por um rápido processo de urbanização. Como as indústrias urbanas e o setor urbano dos serviços não conseguiram fornecer empregos formais para todos os migrantes internos, os países em desenvolvimento enfrentaram problemas cada vez mais graves de pobreza urbana. Ora, embora Lipton não negue a existência da pobreza urbana, ele acredita que a pobreza rural é mais séria do que a urbana em termos de escala e intensidade. Porém, Jones e Corbridge (2010) referem que se estima que cerca de 550 milhões de pessoas vivassem então em situação de pobreza absoluta nas cidades do hemisfério sul, com condições nutricionais e de saúde próximas das áreas rurais, e que mais de 920 milhões vivassem em 'favelas' com acesso limitado à alocação de recursos supostamente tendenciosa a favor das cidades.

O segundo tipo de crítica é que os contactos urbano-rurais nos países em desenvolvimento têm vindo a tornar-se mais estreitos e as fronteiras entre as áreas urbanas e rurais cada vez mais fluidas. A teoria do viés urbano acredita que existe um antagonismo estrito entre a cidade e o campo. Lipton (1977) considera a migração de pessoas urbanas e rurais como relativamente negativa e acredita que a força de trabalho rural é forçada a entrar na cidade devido ao viés urbano e não tanto por causa dos incentivos do mercado. Em contraste, muitos críticos acreditam que os decisores políticos devem considerar de forma conjunta os setores urbano e rural e promover o fluxo livre de fatores de produção

entre as áreas urbanas e rurais de modo a promover o desenvolvimento integrado do todo nacional.

O terceiro tipo de crítica acredita que a aglomeração urbana tem efeitos colaterais, nomeadamente em termos de efeitos de escala, que favorecem o crescimento económico nos países em desenvolvimento. Este tipo de crítica vem principalmente da Nova Geografia Económica (Jones & Corbridge, 2010), a qual tem mostrado que a aglomeração urbana é baseada em economias de escala e no papel do mercado, podendo produzir efeitos colaterais e fazer com que o poder de aglomeração das grandes cidades tenha um efeito de auto-reforço, não resultando necessariamente da implementação de políticas de viés urbano por parte dos governos.

2.3 As visões da teoria neoclássica e da teoria do viés urbano sobre a formação da desigualdade urbano-rural.

2.3.1 A visão da teoria neoclássica sobre a desigualdade de rendimento urbano-rural

Lewis (1954) propôs uma teoria do desenvolvimento económico caracterizada pela existência de uma estrutura dualística composta por um setor tradicional (agrícola) e um setor moderno (industrial). Na fase inicial de desenvolvimento, há abundância de trabalho no setor agrícola, com um salário “institucional” neste setor estabelecido acima da produtividade marginal do trabalho. A industrialização pode ser sustentada de forma barata durante esta fase porque o setor industrial enfrenta uma oferta ilimitada de trabalho a um salário real baixo e fixo.

Com a continuação do processo de industrialização, a economia atinge um chamado ponto de inflexão de Lewis, uma vez que o excedente de trabalho rural se esgota. A partir deste ponto, a indústria enfrenta uma curva de oferta de trabalho com inclinação ascendente, o que implica aumentos acentuados do salário real a par do crescimento económico. Esta visão clássica do desenvolvimento económico forneceu intuições importantes para a compreensão da transformação de uma economia dual e foi uma influência importante na história do pensamento económico.

A economia neoclássica desenvolveu posteriormente estas ideias a partir do contributo original de Lewis. Segundo esta visão, sob condições de mobilidade do

trabalho perfeita (a hipótese de que a migração é gratuita é crucial), o mesmo salário deverá ser pago por uma determinada quantidade de trabalho idêntica, não importa onde isso ocorra (Reder, 1971). Se a migração fosse impossível, os trabalhadores altamente qualificados que vivem nas áreas rurais seriam forçados a aceitar um salário de baixas qualificações porque existem poucos empregos altamente qualificados nas zonas rurais. Não havendo restrições à migração, os trabalhadores qualificados dessas áreas migram para as áreas urbanas em busca de empregos mais bem remunerados e "com o tempo, o resultado líquido será uma correlação quase perfeita entre capital humano e salários" (Farkas et al, 1988). Consequentemente, no pressuposto de uma mobilidade laboral perfeita, a diferença de salários entre as áreas rurais e urbanas e, portanto, o fosso rural-urbano devem-se a unicamente a diferenças nas características individuais entre os diferentes tipos de áreas. Esta visão neoclássica fornece uma estrutura importante para explicar a desigualdade rural-urbana, ainda que assente no pressuposto geralmente irrealista de uma mobilidade de trabalho totalmente livre (Fesselmeyer & Le, 2010).

2.3.2 A visão da teoria do viés urbano sobre a desigualdade de rendimento urbano-rural

Em contraste com a visão anterior, a teoria do viés urbano concentra-se nas políticas governamentais que bloqueiam a mobilidade da mão-de-obra e tendem a aumentar os salários urbanos em relação aos salários rurais. Com a movimentação da mão-de-obra bloqueada, o mercado de trabalho divide-se em dois segmentos distintos, de tal forma que os trabalhadores urbanos geralmente ganham salários mais altos do que os trabalhadores rurais devido a um conjunto de razões, incluindo o poder sindical, as políticas governamentais favoráveis (por exemplo, ao nível do salário mínimo) ou o facto de que as empresas estatais e a administração pública oferecem uma parcela significativa dos empregos com boas remunerações. Para a teoria do viés urbano, as desigualdades urbano-rurais devem-se assim fundamentalmente a intervenções de natureza política que tendem a favorecer as zonas urbanas através de mecanismos de distorção de preços e de afetação da despesa pública, ao invés de serem um reflexo das diferenças “naturais” entre os dois tipos de regiões.

Para analisar esta problemática com referência a um contexto concreto, o próximo capítulo debruça-se sobre a evolução da desigualdade urbano-rural no contexto do Vietname.

3. DOI MOI E VIÉS URBANO NO VIETNAME

A economia do Vietname cresceu rapidamente desde 1986, altura em que começaram a ser implementadas as reformas económicas no sentido da liberalização da economia. Nos anos 90 o Vietname foi mesmo um dos países com mais rápido crescimento económico em todo o mundo.

Este capítulo procurará descrever e analisar a trajetória da economia do Vietname entre 1986 e 2016, com especial referência à evolução da desigualdade entre as áreas urbanas e rurais. Ao longo de todo este período, as reformas Doi Moi continuaram sempre a influenciar o desenvolvimento económico do Vietname. Por esse motivo, a secção seguinte começa por apresentar brevemente a história do Doi Moi, incluindo as razões que lhe estiveram subjacentes e as suas principais componentes.

3.1 Contexto de implementação do Doi Moi

Uma vez que foram muitas as razões que levaram o Vietname a implementar o conjunto de reformas económicas e políticas que ficou conhecido como *Doi Moi*, este capítulo analisa separadamente o contexto doméstico e internacional de modo a permitir uma melhor compreensão dos fatores determinantes deste processo. Em primeiro lugar, importa considerar a história política e militar do Vietname nos períodos colonial, da luta pela independência e do pós-independência. O Vietname foi colonizado pela França desde a segunda metade do século XIX e posteriormente ocupado e colonizado pelo Japão durante a Segunda Guerra Mundial. Após a rendição do Japão em agosto de 1945, o Vietname travou duas guerras, sucessivamente contra as agressões francesa e norte-americana. A guerra com os Estados Unidos só terminou completamente em 1975 (Masina, 2006). Esta guerra causou um grande número de mortes de cidadãos vietnamitas e perturbou significativamente a organização e atividade económica do Vietname. Depois disso, o Vietname travou ainda guerras de pequena escala com o Camboja e com a China (Nguyen et al, 2017). As guerras sucessivas durante todos estes anos enfraqueceram extremamente a base económica deste país (Masina, 2006).

DESIGUALDADE URBANO-RURAL EM VIETNAM: 1986-2016 HAIYUN WU

Em segundo lugar, o Vietname não formulou uma estratégia de desenvolvimento económico adequada às suas condições nacionais. No contexto da divisão do país em Vietname do Norte e do Sul, o Vietname do Norte foi governado por um governo comunista que adotou um modelo de economia planificada de inspiração soviética. Após a reunificação do país em 1975, o governo também implementou o mesmo tipo de modelo no sul do país (Masina, 2006).

Nesse período, o investimento na agricultura e na indústria foi caracterizado por diversos desequilíbrios, tendo o governo optado durante muito tempo por dar prioridade ao desenvolvimento da indústria pesada, ignorando o crescimento da agricultura e da indústria ligeira (Masina, 2006). A estratégia económica do Vietname de desenvolver a indústria pesada à custa da agricultura levou assim a um desequilíbrio acentuado em termos de desenvolvimento económico. Uma consequência direta dessa estratégia económica foi que, no final da década de 1970, o Vietname enfrentou uma grave crise alimentar e a sua produção de cereais diminuiu ao longo de vários anos (Nguyen et al, 2017). De acordo com as estatísticas oficiais, a produção nacional de arroz caiu de 11,83 milhões de toneladas em 1976 para 10,60 milhões de toneladas em 1977. No ano seguinte, a produção foi ainda menor, com 9,79 milhões de toneladas. No Delta do Mekong, as compras estatais de alimentos diminuíram de 950.000 toneladas em 1976 para apenas 398.000 toneladas em 1979. O declínio na produção causou sérios problemas económicos para a população e para a economia, criando um contexto que propiciou adicionalmente a adoção de reformas económicas e políticas (Raymond, 2008:11).

Por outro lado, as razões que levaram o Vietname a realizar reformas económicas não incluíram apenas dificuldades internas, mas também fatores externos. Em primeiro lugar, o modelo de desenvolvimento económico de inspiração soviética adotado pelo Vietname era um modelo de planeamento obrigatório e altamente centralizado, que enfatizava os métodos de gestão económica dos meios administrativos e atribuía prioridade ao desenvolvimento da indústria pesada e da indústria militar. Ora, esse tipo de sistema económico causou a estagnação do desenvolvimento económico, reduzindo a força motriz para o desenvolvimento e limitando o avanço da ciência e da tecnologia. Isso levou as autoridades do Vietname a proporem uma "nova política económica" aquando da Sexta Sessão Plenária do Quarto Comité Central do Partido Comunista do Vietname, em 1979, na esperança de ajustarem e estimularem a economia do país (Masina, 2006).

DESIGUALDADE URBANO-RURAL EM VIETNAM: 1986-2016 HAIYUN WU

Em segundo lugar, importa ter em conta a influência sobre o Vietname da vaga de reformas por que passaram os países socialistas da Europa Oriental a partir do final da década de 1980. Após a Segunda Guerra Mundial, foram vários os países socialistas que, na Europa Oriental, adotaram modelos políticos e económicos inspirados e alinhados com a União Soviética. Porém, esses modelos acabaram por demonstrar debilidades e insustentabilidades diversas, que estiveram na origem de três ondas de reformas nas décadas posteriores a 1950. Porém, todas essas reformas acabaram em fracasso, acabando por levar, em 1989 e nos anos seguintes, a um conjunto de revoluções e mudanças de sistema nos países da Europa de Leste².

Em terceiro lugar, a trajetória do Vietname foi também influenciada pela reforma e abertura da China a partir do final da década de 1970. Em 1978, na Terceira Sessão Plenária do Décimo Primeiro Comité Central, o Partido Comunista Chinês decidiu iniciar um processo de reforma e abertura, visando transformar o sistema económico planificado original num sistema económico orientado para o mercado. Estas reformas proporcionaram uma nova vitalidade à economia chinesa. As primeiras reformas agrícolas estimularam o crescimento do rendimento rural, o qual cresceu cerca de 55% entre 1978 e 1984, altura em que as reformas pró-mercado começaram a produzir resultados (Abinales, 1997). Esta experiência de reforma e abertura da China inspirou o Vietname, que passava por dificuldades económicas significativas na época. Em consequência disso, o Partido Comunista do Vietname propôs-se reformar o seu próprio sistema económico aquando do Sexto Congresso do Partido Comunista do Vietnam, realizado em 1986.

² As Revoluções de 1989, Outono das Nações, colapso do comunismo, Revoluções do Leste Europeu ou queda do comunismo foram uma onda revolucionária que varreu a Europa Central e Oriental no final de 1989, terminando na derrocada do modelo soviético dos Estados comunistas no espaço de poucos meses.

TABELA I

PRINCIPAIS EVENTOS DA HISTÓRIA MODERNA DO VIETNAME

ANTECEDENTES HISTÓRICOS DA REFORMA E ABERTURA DO VIETNAME

1862	O Vietname cede a área da Cochinchina à França (marca o início da colonização francesa do Vietname)
1940	Invasão japonesa da Indochina Francesa
1945	Rendição japonesa; Revolução de agosto; Independência declarada
1946	Começa a guerra de resistência contra a França
1954	A guerra contra a França termina; Os Acordos de Genebra dividem temporariamente o Vietname em Norte e Sul
1958	O Vietname do Norte inicia a produção coletivizada
1975	Reunificação; As autoridades do Vietname afirmam o rumo em direção ao comunismo
1976	Plano de 5 anos visa avançar para a produção social em massa, contornando a fase de desenvolvimento capitalista
1977	Início da guerra cambojano-vietnamita
1979	Guerra sino-vietnamita (com um mês de duração)
1985	Implementação (mal sucedida) de reformas pelo Partido Comunista do Vietname (PCV) a nível dos preços, salários e moeda, destinadas a remover os mecanismos de concentração burocrática
1986	Hiperinflação de 775%; PCV lança as reformas Doi Moi

Fonte: Nguyen et al (2017, p.11)

3.2 A desigualdade urbano-rural no Vietname e as Políticas de Doi Moi entre 1986 e 2016

3.2.1 A desigualdade urbano-rural no Vietname

A análise da evolução da desigualdade no Vietname efetuada neste capítulo começa por olhar para a evolução do índice de Gini. No entanto, assinala-se que, devido à falta de estatísticas para a década de 1980, limitamo-nos aqui a analisar os dados do índice de Gini entre 1992 e 2016. Nesse período, o índice de Gini no Vietname passou por duas fases distintas, com uma tendência de aumento da desigualdade até por volta de 2010 e uma tendência de declínio desde essa altura (Hien et al, 2018). Na sequência das reformas económicas, o índice de Gini manteve-se assim relativamente inalterado, apresentando um valor em 2016 (35,3%) semelhante ao que registara 25 anos antes, em 1992 (35,7%). Ao longo desses 24 anos, houve no entanto alguns momentos em que o índice de Gini registou valores mais elevados do que no ano de 1992, por exemplo em 2002, 2004, 2006 e 2010 (Tabela II).

TABELA II
ÍNDICE DE GINI NO VIETNAME

Ano	Índice de Gini (%)
1992	35.7
1997	35.4
2002	37
2004	36.8
2006	35.8
2008	35.6
2010	39.3
2012	35.6
2014	34.8
2016	35.3

Fonte: World Bank Data

De uma perspetiva nacional e em termos agregados, não parece assim que as reformas Doi Moi tenham tido um impacto muito significativo (positivo ou negativo) sobre a evolução da desigualdade interpessoal de rendimento neste país ao longo das últimas décadas. Uma questão distinta e mais específica, porém, é de que forma é que têm evoluído os problemas de desigualdade entre as áreas rurais e urbanas e de que forma é

que essas desigualdades foram influenciadas por este conjunto de reformas políticas e económicas.

As diferenças entre as áreas urbanas e rurais manifestam-se, entre outros aspetos, ao nível do rendimento, do consumo, em termos do nível de desenvolvimento infraestrutural e dos vários sectores de atividade económica e ainda em termos dos níveis de acesso à educação e à saúde. Destes, o rendimento e o consumo são os aspetos mais específicos relativamente aos quais possuímos uma maior abundância de dados estatísticos. Para além disso, a evolução dos níveis de rendimento e consumo apresenta-se correlacionado com a evolução de outras variáveis: por exemplo, o aumento dos níveis de rendimento tende a estar associado a ganhos em matéria de educação e saúde. Porém, uma vez que os rendimentos são frequentemente subnotificados e subestimados (Barrett & Reardon, 2000; Glewwe et al, 2000), recorreremos complementarmente a dados sobre as despesas de consumo de modo a compensar a imprecisão dos dados relativos ao rendimento (Ariyaarpakamol, 2019).

A Figura 1 mostra a evolução do rendimento médio mensal nas áreas rurais, urbanas e a nível nacional no Vietname, entre 1999 e 2016. Verificamos facilmente que, neste período, o rendimento médio mensal cresceu significativamente a nível nacional e em ambos os tipos de áreas. Ao longo deste período de 17 anos, as taxas de crescimento do rendimento per capita são aliás impressionantes, tanto nas áreas urbanas (cujo rendimento médio aumentou 8,8 vezes, um aumento médio anual de 13,6%) como nas áreas rurais (cujo rendimento médio se tornou 10,8 vezes maior, um aumento anual médio de 15%). Dadas as disparidades de partida, porém, estas taxas de crescimento relativamente próximas implicaram uma convergência relativa, mas uma divergência absoluta. Por exemplo, a diferença *absoluta* entre o rendimento per capita das áreas rurais e urbanas passou de 292 dong para 2128 dong.

DESIGUALDADE URBANO-RURAL EM VIETNAM: 1986-2016 HAIYUN WU

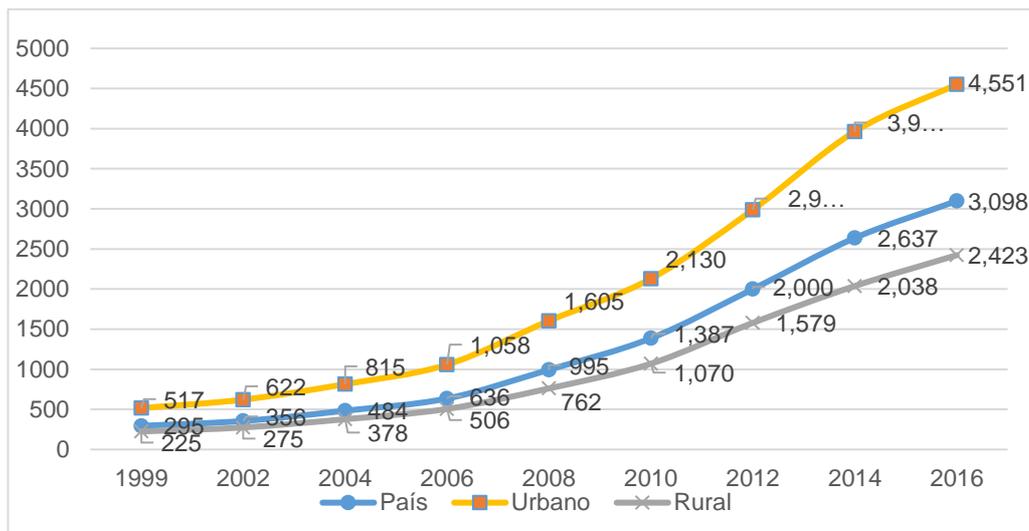


FIGURA 1 – RENDIMENTO MÉDIO MENSAL PER CAPITA A PREÇOS CORRENTES, ÁREAS URBANAS, RURAIS E TOTAL (UNIDADE: DONG)

Fonte: General Statistics Office of Vietnam (2020d)

As tendências ao nível da despesa média mensal per capita nas áreas rurais e urbanas são muito semelhantes às do rendimento médio mensal per capita. Também ao nível desta outra variável encontramos uma tendência de ligeira convergência relativa entre as áreas rurais e urbanas, a par de um significativo afastamento em termos absolutos (Figura 2).

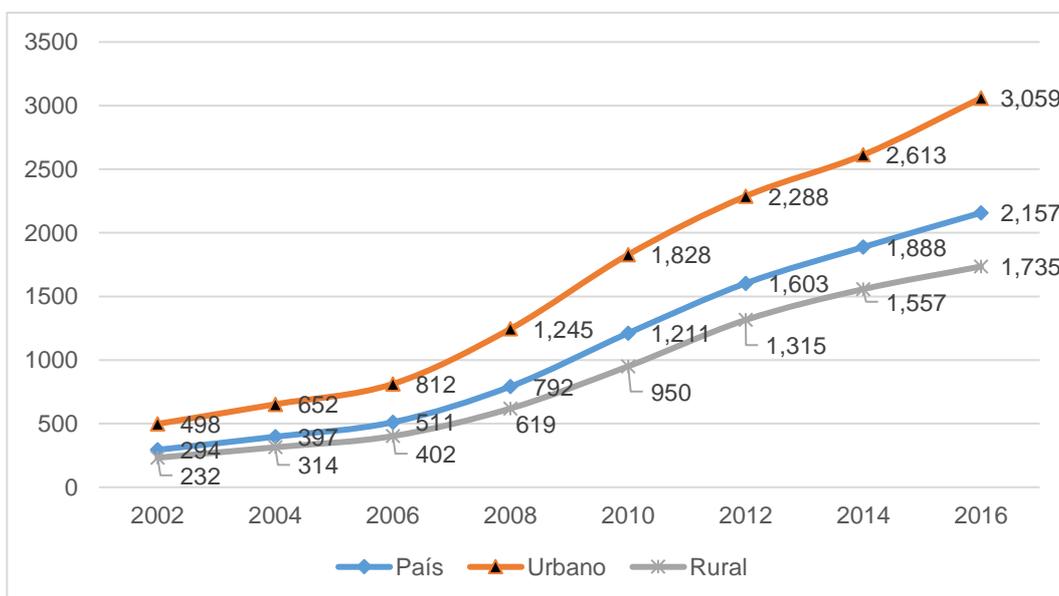


FIGURA 2 – DESPESA MÉDIA MENSAL PER CAPITA A PREÇOS CORRENTES, ÁREAS URBANAS, RURAIS E TOTAL (UNIDADE: DONG)

Fonte: General Statistics Office of Vietnam (2020e)

A partir dos dados destas duas Figuras, pode assim concluir-se que, no Vietname, o período das reformas económicas não parece ter tido um impacto agregado significativo sobre a disparidade em termos médios entre os residentes urbanos e rurais, havendo uma aproximação em termos relativos mas um afastamento em termos absolutos.

E no que diz respeito à incidência da pobreza, será que os dados disponíveis apoiam a ideia que os residentes rurais do Vietname são mais pobres do que os residentes urbanos e que essa diferença tem vindo a acentuar-se? Certas críticas à teoria do viés urbano de Michael Lipton assinalam que este autor ignora, ou pelo menos subvaloriza, a existência de pessoas pobres nas cidades (Jones & Corbrideg, 2014). Para verificarmos como se distribui a incidência da pobreza no Vietname entre as áreas urbanas e rurais e como essa distribuição tem evoluído ao longo do tempo, a Tabela III apresenta a evolução da incidência de pobreza (com base num limiar de 1,90 USD por pessoa por dia), entre 1998 e 2016, nas áreas urbanas, nas áreas rurais e no todo nacional. Verificamos, em primeiro lugar, que houve uma redução impressionante da pobreza no conjunto do Vietname, de 37% em 1998 para 6% em 2016 – é uma das evoluções mais impressionantes a nível mundial. Verificamos também, por outro lado, que a taxa de pobreza registou um decréscimo ainda mais rápido e impressionante nas áreas rurais (de 45% para 8%, i.e. uma redução em 37 pontos percentuais e para um valor 5,6 vezes menor) do que nas áreas urbanas (redução em 7 pontos percentuais de 9% para 2%). No entanto, a taxa de pobreza nas áreas rurais continua a ser cerca de quatro vezes superior à das áreas urbanas. Por outras palavras, a evolução um pouco mais favorável nas áreas rurais está longe de ser suficiente para atenuar ou muito menos eliminar as grandes diferenças à partida em termos da incidência rural e urbana da pobreza.

TABELA III

INCIDÊNCIA DA POBREZA (%) NO VIETNAME (URBANA, RURAL E NACIONAL,
COM BASE NO LIMIAR DE USD 1,90/DIA)

Ano	Nacional	Urbana	Rural
1998	37	9	45
2002	29	7	36
2004	18	9	21
2006	16	8	18
2008	13	7	16
2010	14	7	17
2012	11	4	14
2014	8	3	11
2016	6	2	8

Fonte: General Statistics Office of Vietnam (2020f)

Os dados apresentados acima mostram a existência de lacunas muito significativas entre os residentes urbanos e rurais vietnamitas ao nível do rendimento, despesa e incidência de pobreza, as quais têm permanecido relativamente inalteradas ao longo do período do *Doi Moi*. Entretanto, segundo a teoria do viés urbano, a desigualdade entre campo e cidade manifesta-se igualmente ao nível da afetação de recursos públicos, nomeadamente no que diz respeito a serviços públicos essenciais para o bem-estar como sejam a educação e a saúde. Para Lipton (1977), isso é aliás um dos motivos que levam as elites rurais a migrarem para as cidades. Desta forma, importa também analisar as disparidades urbano-rurais existentes em termos das dimensões da educação e saúde, bem como analisar o que se tem passado ao nível dos fluxos migratórios internos.

A educação costuma estar fortemente associada ao bem-estar de indivíduos e famílias. Glewwe et al (2000) mostram que, no Vietname, todos os grupos de educação registaram reduções dos seus níveis de pobreza, mas esses declínios foram proporcionalmente muito maiores entre a população com níveis de qualificações mais altos. Isso implica que as famílias com qualificações mais elevadas foram mais capazes de tirar proveito do crescimento económico do Vietname do que as famílias com pouca ou nenhuma educação. A Tabela IV, em baixo, mostra como a população das áreas urbanas e rurais do Vietname se distribuía pelos diferentes níveis de qualificações em 1993 e como evoluiu nos cinco anos posteriores. De uma forma geral, concluímos que a população

DESIGUALDADE URBANO-RURAL EM VIETNAM: 1986-2016
HAIYUN WU

urbana é bastante mais qualificada do que a população rural e que, em ambos os casos, ocorreu uma melhoria do nível médio de qualificações entre 1993 e 1998. Da mesma forma, a informação relativa aos anos 2007-2016 constante da Tabela V corrobora a ideia de uma melhoria generalizada dos níveis de formação, a par de uma disparidade muito pronunciada entre as áreas urbanas e rurais que se vai mantendo ao longo do tempo.

TABELA IV

ESTRUTURA DE QUALIFICAÇÕES DA POPULAÇÃO RURAL E URBANA DO
VIETNAME, 1993 E 1998

	1993		1998	
	Rural (%)	Urbana (%)	Rural (%)	Urbana (%)
No education	14.6	10.8	10.6	5.9
Primary education	37.4	28	38.6	25.5
Secondary	36.4	35.8	37.2	32.9
High school	8.1	11.9	12.3	25.2
College	3.4	13.4	1.4	10.4

Fonte: Fesselmeyer and K. T. Le, 2010, p.176

TABELA V

PERCENTAGEM DE TRABALHADORES QUALIFICADOS

	Total (%)	Urbana (%)	Rural (%)
2007	14.1	30.4	8.5
2008	14.9	32.2	8.6
2009	15.5	32.8	9
2010	15.5	31.4	8.9
2011	16.4	31.9	9.7
2012	17.7	32	10.3
2013	19.4	35.6	12.2
2014	20	36.3	12.4
2015	22	38.6	14
2016	22.6	39.4	14.5

Fonte: General Statistics Office of Vietnam (2020b)

DESIGUALDADE URBANO-RURAL EM VIETNAM: 1986-2016 HAIYUN WU

A educação é um fator muito importante para promover as competências e a produtividade das famílias pobres (Sarwar et al, 2011). Neste sentido, tanto os dados relativos à estrutura de qualificações como à percentagem de trabalhadores qualificados ilustram a persistência de grandes diferenças entre as áreas urbanas e as áreas rurais, diferenças essas que, em termos absolutos, têm até tendido a aprofundar-se nos últimos anos.

Segundo Lewis (1954) e Cu (2005), a migração em geral e a migração rural-urbana em particular são processos de reequilíbrio e reafecção dos recursos económicos (humanos e físicos) que permitem desencadear uma nova etapa no processo de desenvolvimento económico. A industrialização ocorre de uma forma geral nas áreas urbanas e, assim que se inicia, a mão-de-obra das áreas urbanas tende a tornar-se escassa e precisa de ser complementada pela mão-de-obra oriunda das áreas rurais. No caso do Vietname, a escassez de mão-de-obra nas áreas urbanas, o alto crescimento populacional e a desigualdade entre as áreas urbanas e rurais constituíram de fato as razões principais para o desencadeamento da migração rural-urbana. Deste modo, a migração das áreas rurais para as áreas urbanas constitui um indicador específico do nível de desigualdade urbano-rural prevalecente.

Como a Figura 3 indica, entre 1990 e 2016 a taxa de crescimento da população nas áreas rurais foi sempre consideravelmente mais baixa do que nas áreas urbanas e, logicamente, mais baixa do que no país como um todo. Por outro lado, a proporção percentual da população rural tem-se encontrado sempre em declínio: no início da década de 1990, a população rural representava cerca de 80% da população do país, mas em 2016, essa proporção havia caído para dois terços (Tabela V).

DESIGUALDADE URBANO-RURAL EM VIETNAM: 1986-2016
HAIYUN WU

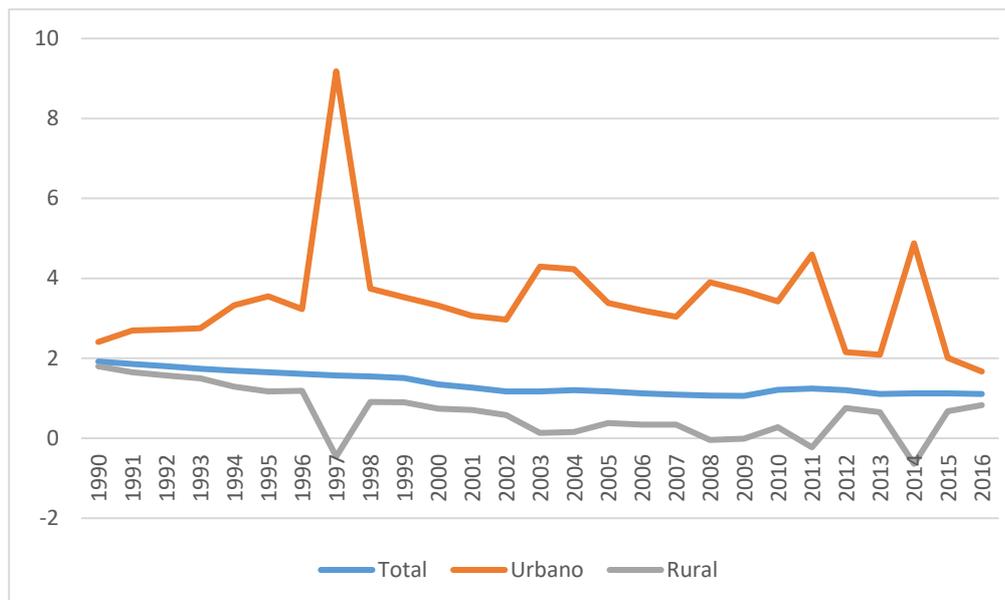


FIGURA 3 – TAXA DE CRESCIMENTO ANUAL DA POPULAÇÃO DO VIETNAM (%), URBANA, RURAL E TOTAL

Fonte: General Statistics Office of Vietnam (2020a)

TABELA VI

POPULAÇÃO URBANA E RURAL DO VIETNAME (%)

	Urbana (%)	Rural (%)
1990	19.51	80.49
1991	19.67	80.33
1992	19.85	80.15
1993	20.05	79.95
1994	20.37	79.63
1995	20.75	79.25
1996	21.08	78.92
1997	22.66	77.34
1998	23.15	76.85
1999	23.61	76.39
2000	24.12	75.88
2001	24.55	75.45
2002	24.99	75.01
2003	25.76	74.24
2004	26.53	73.47
2005	27.1	72.9
2006	27.66	72.34

DESIGUALDADE URBANO-RURAL EM VIETNAM: 1986-2016
HAIYUN WU

2007	28.2	71.8
2008	28.99	71.01
2009	29.74	70.26
2010	30.39	69.61
2011	31.4	68.6
2012	31.7	68.3
2013	32	68
2014	33.19	66.81
2015	33.48	66.52
2016	33.67	66.33

Fonte: General Statistics Office of Vietnam (2020a)

O contínuo aumento relativo da população urbana entre 1990 e 2016 e a correspondente redução da população rural refletem a ocorrência da migração urbano-rural. O estudo de Cu (2005) sugere que as cidades de Ho Chi Minh, Hanói, Hai Phong, Da Nang e algumas outras grandes cidades foram os destinos por excelência para os migrantes oriundos das áreas rurais. Estes migrantes deslocam-se para a cidade em busca de uma vida melhor, mas, devido à escassez de qualificações, não conseguem muitas vezes aceder a cuidados médicos e à educação, o que os coloca em risco de se tornarem pobres na cidade. A migração em massa para as áreas urbanas e a má gestão urbana por parte das autoridades levaram assim a uma deterioração da situação no que diz respeito à habitação e ao acesso à educação para os filhos, aos serviços de saúde e assim por diante (Cu, 2005). A migração rural-urbana criou assim problemas para as administrações dos centros urbanos e levou à adoção de políticas fortemente tendenciosas anti-migrantes (id, *ibid*).

Em todo o caso, a análise dos dados e indicadores referidos ao longo desta secção (índice de Gini; níveis médios de rendimento e despesas de consumo per capita; incidência de pobreza; níveis de educação; e evolução demográfica) mostram bem que as lacunas entre as áreas urbanas e rurais do Vietname são bem reais, sendo até possível que, em certos aspetos, possam até ter-se acentuado (pelo menos em termos absolutos) nas últimas décadas.

3.2.2 O impacto das reformas Doi Moi sobre a desigualdade urbano-rural

Antes da implementação do Doi Moi, o governo do Vietname adotou uma estratégia de desenvolvimento que visava dar prioridade ao desenvolvimento da indústria pesada e atribuía um papel subalterno à agricultura (Raymond, 2008). No entanto, o Vietname foi um país agrícola ao longo da maior parte da sua história. A agricultura, as áreas rurais e os agricultores ocuparam uma posição importante na estrutura política, económica e social do país, e a população agrícola e os recursos agrícolas desempenharam papéis dominantes na economia e sociedade vietnamitas (Nguyen et al, 2017).

Por isso mesmo, a reforma da economia de Vietname teve início precisamente na esfera agrícola. O Sexto Congresso do Partido concordou em abolir o sistema de gestão burocrática centralizada com base em subsídios estatais e em adotar um modelo de organização económica multissetorial e orientada para o mercado, com um papel para o setor privado e existência de concorrência em setores não estratégicos. Os recursos de investimento limitados deveriam ser direcionados para três objetivos principais, nomeadamente (Masina, 2006):

- O desenvolvimento da agricultura;
- A expansão da produção de bens de consumo;
- A expansão das relações comerciais e do investimento estrangeiro.

No contexto desta reforma agrícola, uma nova Lei de Terras foi aprovada na sessão de dezembro de 1987 da Assembleia Nacional e promulgada em 1988. Essa mesma lei foi alterada em 1993 de modo a estender os direitos de uso da terra dos agricultores, estipulando um período de uso por 20 anos de terras agrícolas e de aquicultura com período de cultivo curto. No caso de terras agrícolas com culturas plurianuais de crescimento, o período de uso estabelecido foi de 50 anos (Arkadie & Mallon, 2004). Em suma, embora se mantivesse a propriedade estatal de toda a terra, os direitos privados de uso da mesma foram reconhecidos pelo Estado. Este constituiu um passo importante para a introdução dos direitos de propriedade, ainda que esta lei não permitisse a transferência desses mesmos direitos de uso.

DESIGUALDADE URBANO-RURAL EM VIETNAM: 1986-2016 HAIYUN WU

Por sua vez, no início de 1987, muitos dos postos de controlo que haviam sido estabelecidos para limitar o comércio interno foram reduzidos e os mercados privados para produtos agrícolas desenvolveram-se rapidamente (Arkadie & Mallon, 2004). Essas políticas foram também muito importantes para o desenvolvimento da agricultura.

A Resolução nº 10 do Partido Comunista do Vietname³, aprovada em 1988, introduziu algumas reformas adicionais extremamente importantes, concedendo mais direitos às famílias rurais e diminuindo a autoridade legal das cooperativas rurais (Raymond, 2008). Na verdade, alguns autores argumentam que este foi um dos pontos-chave de viragem em todo o processo de reforma. Fornecer aos agricultores direitos de propriedade (embora limitados em extensão), a par de reformas dos preços e da atividade comercial, contribuiu diretamente para o crescimento sustentado da agricultura de 1988 em diante. O forte crescimento agrícola registado em 1989 foi também importante para compensar os impactos mais gravosos das políticas monetárias restritivas que foram introduzidas naquele ano para controlar a inflação e que levou a uma queda de 4% da produção industrial em 1989 (Arkadie & Mallon, 2004).

Em 1989, foi removida a maioria dos subsídios diretos à produção e dos controlos de preços, removendo assim o sistema de “preço duplo”⁴. Foi reforçado o ordenamento jurídico no que se referia à possibilidade de celebração de contratos entre diferentes pessoas. Os produtores passaram a ter permissão para venderem a sua produção para exportação a qualquer empresa de comércio externo licenciada (Nguyen et al, 2017).

Estas políticas lançadas pelo governo do Vietname eliminaram assim o controlo sobre os produtos agrícolas, passaram a reconhecer a titularidade de propriedade da terra pelos agricultores e liberalizaram a compra e venda de produtos agrícolas. Estas políticas foram recebidas favoravelmente pelos agricultores, estimularam a produção agrícola e ajudaram a restaurar a economia nacional como um todo.

A produção de arroz é um exemplo especialmente bem-sucedido do impacto do processo de reformas agrícolas levadas a cabo no Vietname, de tal forma que o Vietname deixou de ser um importador líquido de arroz na década de 1980 para se tornar no terceiro

³ Uma decisão do CPV que prometeu a titularidade de propriedade da terra pelos agricultores.

⁴ O preço duplo é a prática de definição de preços diferentes em mercados distintos para o mesmo produto ou serviço.

maior exportador do mundo (depois dos EUA e da Tailândia) em meados da década de 1990 (Thoburn, 2009). Ao mesmo tempo, a exportação de arroz tornou-se uma forma de obter divisas e fornecer uma fonte de recursos para o desenvolvimento da produção nacional.

Em meados da década de 1990, o Vietname aprofundou gradualmente a sua inserção no comércio internacional, começando por assinar um acordo comercial bilateral com a União Europeia em 1992. Juntou-se depois à ASEAN em 1995 e à APEC em 1997, encetando em seguida negociações para se tornar membro da OMC (Nguyen et al, 2017). Neste contexto, o Partido Comunista do Vietname lançou em 1993 a Resolução nº 5 (Nguyen et al, 2017), que visava controlar a exportação de arroz. Por exemplo, as exportações de arroz foram controladas por quotas e as exportações não registadas foram estritamente proibidas; em 1996, 80% das quotas foram atribuídas à Vinafood 2 (Vietnam Southern Food Corporation)⁵, a qual procedeu à sua distribuição pelas suas empresas subsidiárias (Nguyen et al, 2017).

Em algumas dimensões, o Vietname conseguiu, mediante a Resolução nº 5, alcançar a segurança alimentar e estabilizar os preços. Em contrapartida, sob este sistema, os lucros das exportações agrícolas concentraram-se nas mãos de empresas estatais e o rendimento dos agricultores pouco ou nada aumentou. Consequentemente, esta política tendeu a acentuar a desigualdade de rendimento entre os agricultores e os residentes das áreas urbanas. Vemos assim como no início do processo de reformas, o PCV prestou muita atenção à recuperação de agricultura e as políticas dessa época beneficiaram os agricultores. Contudo, a partir de meados da década de 1990, as autoridades começaram a transferir o poder comercial agrícola para as empresas estatais como forma de controlar a importação e exportação da produção agrícola.

Ao mesmo tempo que levava a cabo estas reformas agrícolas, o Vietname também estabeleceu um novo modelo de desenvolvimento industrial na década de 1990. Thoburn (2009) aponta que as indústrias intensivas em mão-de-obra intensiva e a estratégia de

⁵ A Vietnam Southern Food Corporation é uma empresa 100% estatal que foi criada ao abrigo da decisão do Primeiro-Ministro n.º 979/QĐ-TTg de 25 de Junho de 2010, com o objectivo de garantir a segurança alimentar e tornar os produtos agrícolas vietnamitas globais.

substituição de importações desempenharam papéis especialmente importantes neste novo modelo de crescimento industrial.

Para executar esta estratégia, um dos primeiros objetivos principais consistiu na atração de investimento, motivo pelo qual uma nova Lei de Investimento Estrangeiro foi aprovada pela Assembleia Nacional em dezembro de 1987 e promulgada em setembro de 1988 (Arkadie & Mallon, 2004). Demorou alguns anos até que se verificasse a entrada substancial de investimento estrangeiro, mas por volta de 1992 estes fluxos constituíam já uma das fontes mais importante de investimento (Arkadie & Mallon, 2004). Esta política de atração de investimento estrangeiro visava prioritariamente o desenvolvimento da indústria.

A nova Lei de Investimento Estrangeiro iniciada em 1987 originou assim a primeira onda de Investimentos Diretos Estrangeiros (IDE) com destino ao Vietname, que atingiu 10% do PIB em 1994. Relativamente à dimensão da sua economia, o Vietname tornou-se no maior recetor de IDE entre os países em desenvolvimento e as economias em transição. A título de exemplo, no ano de 1991 a totalidade dos balcões de câmbio funcionava ainda no Banco Central do Vietname, mas a Lei de Investimento Estrangeiro veio permitir o aparecimento de novas opções em termos de operações e transferências bancárias (Arkadie & Mallon, 2004). Esses incentivos foram favoráveis à atração de IDE e ajudam a explicar a trajetória de crescimento que estes fluxos de financiamento internacional registam desde 1986 (Tabela VII). Deve assinalar-se, no entanto, que a eficiência do investimento com destino ao Vietname, tal como expresso pelo seu impacto sobre o aumento do produto, é mais baixa do que noutros países da Ásia Oriental com níveis semelhantes de desenvolvimento (Thoburn, 2009).

TABELA VII

INVESTIMENTO DIRETO ESTRANGEIRO COM DESTINO AO VIETNAME,
1986 - 2016

ANO	ENTRADAS, US \$
1986	\$0.00B
1991	\$0.38B
1996	\$2.40B
2001	\$1.30B
2006	\$2.40B
2011	\$7.43B
2016	\$12.60B

Fonte: World Bank (2021).

Outro motor do desenvolvimento industrial no Vietname tem sido a abertura à iniciativa privada. Em 1990, a Lei das Empresas Privadas estabeleceu a base jurídica para o estabelecimento de empresas individuais e, em 1991, foi emitida uma nova portaria sobre contratos civis (Arkadie & Mallon, 2004). Neste período, a nova Constituição reafirmou o papel de liderança do Partido Comunista, mas também reconheceu os direitos de propriedade privada numa economia gerida pelo Estado, voltada para o mercado, multissetorial e com orientações socialistas.

Em 1994, a Lei de Promoção do Investimento Doméstico especificou um conjunto de incentivos para investidores domésticos (Arkadie & Mallon, 2004). Depois, de 1995-1996 em diante, um conjunto de alterações ao Código Civil consagrou o aprofundamento das bases para a economia de mercado, incluindo a proteção legal dos direitos de propriedade industrial, ao mesmo tempo que a nova Lei de Investimento Estrangeiro reduziu as taxas de importação para projetos de IDE (Investimento Direto Estrangeiro) e veio esclarecer adicionalmente vários aspetos das políticas de investimento.

Entre 1986 e o início da década 1990, as autoridades vietnamitas colocaram o seu foco no desenvolvimento da agricultura. No plano do desenvolvimento industrial e comercial, o governo concentrou-se sobretudo na melhoria das leis e regulamentos, protegendo os direitos de propriedade privada, estabelecendo leis de investimento sólidas e protegendo os direitos e interesses dos investidores. Ao mesmo tempo, diminuiu as restrições ao investimento nos sectores industrial e comercial. O objetivo destas ações foi

DESIGUALDADE URBANO-RURAL EM VIETNAM: 1986-2016 HAIYUN WU

atrair investidores nacionais e estrangeiros para o investimento de capital nessas indústrias.

O Plano Quinquenal de 1996-2000 estabeleceu um conjunto de metas para o desenvolvimento económico, tendo fixado objetivos de crescimento anual da agricultura, silvicultura e pescas; indústria; e serviços de 4,5-5, 14-15, e 12-13 por cento, respetivamente. Isto visava criar uma mudança estrutural na economia, no sentido do aumento do peso da indústria na produção total (Nguyen & Luu & Trinh, 2016). Este plano refletia assim a preferência das autoridades vietnamitas pela indústria e, em conformidade com isso mesmo, encorajava o desenvolvimento da indústria pesada e das indústrias intensivas em mão-de-obra.

A principal prioridade política neste período era ainda a indústria pesada, com o objetivo de satisfazer a procura interna e explorar os recursos naturais. No entanto, foi dada maior ênfase a certos sectores, incluindo o aço e o cimento. Além disso, certas indústrias ligeiras (principalmente para exportação), tais como os têxteis e vestuário, calçado, produção de papel e artesanato, foram selecionados como "sectores prioritários" devido à vantagem comparativa de que o Vietnam gozava, particularmente devido aos baixos custos de mão-de-obra (Nguyen & Luu & Trinh, 2016).

Essa opção parece óbvia, dada a importância da produção intensiva em mão-de-obra e dos produtos agrícolas nas exportações vietnamitas. No entanto, a par disso o Vietname manteve também uma forte proteção contra as importações. Com efeito, no final dos anos 90, alguns setores, como por exemplo os produtos metálicos manufaturados e ou os "outros equipamentos de transporte", aumentaram o seu volume de emprego doméstico na sequência da redução da penetração das importações (Thoburn, 2009).

De acordo com a teoria de Lewis (1954) da economia dual urbano-rural, o setor industrial urbano absorve uma grande quantidade de mão-de-obra excedentária do sector agrícola rural ao longo do processo de desenvolvimento, o que aumenta o rendimento dos trabalhadores e aumenta as taxas de emprego. No Vietname, contudo, o desenvolvimento industrial não teve o efeito esperado pela teoria de Lewis. De acordo com Fesselmeyer & Le (2010), embora o Vietname tenha registado um rápido crescimento industrial entre os anos de 1993 e 1998, o setor industrial não conseguiu absorver com sucesso a mão-de-obra excedentária. Esta mesma conclusão é também apoiada pelo artigo de Thoburn

DESIGUALDADE URBANO-RURAL EM VIETNAM: 1986-2016 HAIYUN WU

(2009). A elasticidade do emprego industrial no Vietname em relação à produção caiu muito: de 0,66 em 1985-90 para 0,22 em 1995-2000, em comparação com elasticidades entre 0,4 e 0,8 em países semelhantes (Thoburn, 2009).

Thoburn (2009) considera que isto não foi o resultado de mudanças que afetassem as indústrias de importação intensivas em capital, mas sim de melhorias na produtividade do trabalho dentro da indústria, a fim de competir nos mercados de exportação e de competir contra as importações em indústrias onde a penetração das importações era relativamente elevada. Fesselmeyer & Le (2010) também fornecem uma explicação para este fenómeno: o Vietname não experimentou uma forte deslocação de mão-de-obra do setor rural para o setor urbano; pelo contrário, o crescimento industrial concentrou-se sobretudo em setores e produtos intensivos em capital, ao invés de intensivos em mão-de-obra. Segundo estes autores, os trabalhadores urbanos foram os principais beneficiários do investimento do governo na indústria pesada, pois o aumento da dotação de capital traduziu-se em elevada produtividade laboral e salários elevados.

Em contraste, os agricultores rurais tiveram de competir uns com os outros por terras e capitais limitados, tinham baixa produtividade laboral e recebiam salários também baixos. A incapacidade da mão-de-obra rural de passar do trabalho de baixa produtividade na agricultura para o trabalho de alta produtividade na indústria traduziu-se em subprodução a nível nacional (Fesselmeyer & Le, 2010).

O Plano Quinquenal 2001-2005 deu continuidade às políticas anteriores destinadas a impulsionar a mudança estrutural no sentido da industrialização e modernização. A estrutura económica deste período ilustra a implementação bem-sucedida dos dois planos quinquenais anteriores. A percentagem da agricultura no PIB diminuiu acentuadamente, de 46% em 1988 para 21% em 2005, enquanto a percentagem da indústria aumentou de 22% para 41% no mesmo período. O emprego na agricultura representava 73% da mão-de-obra total em 1990, mas sofreu uma redução para 57% em 2005, enquanto o emprego na indústria e na construção aumentou de 12% para 18% (Nguyen & Luu & Trinh, 2016).

O Plano Quinquenal para 2006-2010 estabeleceu novos objetivos para a estrutura da economia: a estrutura económica visada durante este período foi de 15%-16% da produção para o sector agrícola-florestal-pesqueiro, 43%-44% para o sector industrial, e 40%-41% para o sector dos serviços (Nguyen et al, 2016). O governo vietnamita

estabeleceu como objetivos, em termos de estrutura setorial da economia, aumentar ainda mais o peso da indústria na estrutura econômica e reduzir o peso do sector agrícola.

Outro aspeto a assinalar são os impactos completamente opostos das taxas de câmbio sobre o desenvolvimento das zonas urbanas e rurais. Quando analisamos as principais importações do Vietname, bem como as suas principais exportações, verificamos que categorias de importação como os "produtos químicos", "combustíveis minerais e lubrificantes" e "bens manufacturados" serviram provavelmente sobretudo o consumo urbano e a indústria urbana. Deve também notar-se que não existe nenhuma categoria de importação de qualquer dimensão que possa ser claramente atribuível ao consumo rural. Para as categorias de exportação, a maior categoria, correspondente aos "alimentos e animais vivos", é claramente de origem rural, sendo os dois seguintes provavelmente de origem urbana. Globalmente, os dados sugerem que as exportações foram relativamente mais importantes do que as importações nas zonas rurais, ao passo que as zonas urbanas contribuíram quer para as importações quer para as exportações, com algum destaque para as primeiras (Fesselmeyer & Le, 2010).

Segundo Fesselmeyer & Le (2010), a moeda vietnamita foi sistematicamente sobrevalorizada durante este período e esta taxa de câmbio sobrevalorizada funcionou como um imposto implícito sobre as exportações e um subsídio implícito às importações. Como as zonas rurais aparentemente participaram mais nas atividades de exportação do que nas atividades de importação e as zonas urbanas participaram mais nas atividades de importação do que nas atividades de exportação, a taxa de câmbio sobrevalorizada atuou no sentido de transferir rendimentos das zonas rurais para as urbanas.

No fundo, esta sobrevalorização é semelhante às distorções de preços mencionadas na teoria do viés urbano, tal como anteriormente referido neste trabalho. Tal como resumido por Jones (2010), os bens e serviços originários das áreas rurais estavam subvalorizados em relação a uma 'norma' de mercado, enquanto os bens que fluíam em sentido contrário estavam sobrevalorizados.

4. CONCLUSÃO

Na introdução deste trabalho, foram colocadas três questões centrais para este estudo e, após a análise da literatura, foram apresentadas respostas a essas três questões.

DESIGUALDADE URBANO-RURAL EM VIETNAM: 1986-2016
HAIYUN WU

Considerando os dados analisados em termos de indicadores de desigualdade, rendimento, despesa, incidência de pobreza, nível de educação e crescimento populacional, tanto nas zonas urbanas como rurais, concluímos que, no Vietname, embora o país como um todo tenha registado um progresso económico muito significativo nas últimas décadas, não podemos dizer que esse progresso tenha permitido superar as grandes disparidades entre as zonas rurais e urbanas, continuando a existir (ou mesmo a alargar-se, em termos absolutos) um fosso económico considerável entre o campo e as cidades. Ao mesmo tempo, as zonas rurais têm enfrentado uma perda de população significativa, motivada precisamente pelo fosso em termos de rendimentos e condições de vida face às áreas urbanas.

Este estudo concluiu também que, nalguns aspetos, as políticas governamentais vietnamitas contribuíram para o alargamento da desigualdade urbano-rural. Este trabalho dividiu a era das reformas económicas do governo vietnamita em três grandes fases: de 1986 até ao início dos anos 90, os esforços do governo centraram-se na reforma da agricultura; de meados dos anos 90 até finais de 2006, o desenvolvimento económico do Vietname assentou numa estratégia de substituição das importações e no desenvolvimento de indústrias pesadas a par de algumas indústrias ligeiras orientadas para a exportação; após 2006, a estratégia de desenvolvimento do governo deu prioridade à transformação estrutural da economia no sentido de aumentar ainda mais a quota-parte da indústria na economia. Estas políticas favoreceram o desenvolvimento industrial nas zonas urbanas e incentivaram a criação de empregos nas zonas urbanas, rendimentos mais elevados, melhores infraestruturas e um fluxo crescente de recursos para as cidades. Consequentemente, cada vez mais mão-de-obra tem vindo a afluir das zonas rurais para as áreas urbanas, contribuindo para o aprofundamento da desigualdade económica entre as zonas urbanas e rurais.

Em contraste com a literatura anterior neste campo, uma importante contribuição deste trabalho é o facto de explorar as características e causas da desigualdade entre o desenvolvimento urbano e rural no Vietname após o início das reformas *Doi Moi*.

REFERÊNCIAS

- Ariyaarpakamol, N. (2019). Urban-rural Inequality in Thailand: Differences in Characteristics or Returns? *Kasetsart Journal of Social Sciences*, 40 (1), 32-39.
- Arkadie, B. V. & Mallon, R. (2004). *Viet Nam — a Transition Tiger?* 2^a ed. Canberra: ANU E Press and Asia Pacific Press.
- Barrett, C. & Reardon, T. (2000). Asset, Activity, and Income Diversification Among African Agriculturalists: Some Practical Issues.
- Bates, R. H. (1981). *Markets and States in Tropical Africa: The Political Basis of Agricultural Policy* [M], 1^aed. Berkeley: University of California Press.
- Bezemer, D. & Headey, D. (2008). Agriculture, development, and urban bias. *World Development*, 36 (8), 1342-1364.
- Cu, C. L. (2005). Rural to urban migration in Vietnam. Institute of Developing Economies, Japan External Trade Organization.
- Dinh, B. H & Phuc, H. N & Bui, T & Nguyen, H. (2020). Declining Protection for Vietnamse Agriculture under Trade Liberalization: Evidence from an Input–Output Analysis [J]. *Economies*, 8 (2), 1-11.
- Eastwood, R. & Lipton, M. (2000). Pro-poor Growth and Pro-growth Poverty Reduction: Meaning, Evidence, and Policy Implications [J]. *Asian Development Review*, 18 (2), 22-58.
- Farkas, G. & England, P. & Barton, M. (1988). Structural Effects on Wages: Sociological and Economic Views. In: Farkas G. and England P., (Eds.) *Industries, Firms, and Jobs: Sociological and Economic Approaches*, New York: Plenum Press, pp. 93-112.

DESIGUALDADE URBANO-RURAL EM VIETNAM: 1986-2016
HAIYUN WU

Fesselmeyer, E. & Le, K. T. (2010). Urban-Biased Policies and the Increasing Rural–Urban Expenditure Gap in Vietnam in the 1990s. *Asian Economic Journal*, 24 (2), 161-178.

Fforde, A. (1999). From Plan to Market: The Economic Transition in Vietnam and China Compared. In: Ben Kerkvliet et al, (Eds.) *Transforming Asian Socialism: China and Vietnam Compared*, Canberra: Allen and Unwin, pp 43-72.

General Statistics Office of Vietnam (2020a). General Statistics Office [Em linha]. Disponível em: <https://www.gso.gov.vn/en/px-web/?pxid=E0202&theme=Population%20and%20Employment> [Acesso em: 2021/08/18].

General Statistics Office of Vietnam (2020b). General Statistics Office [Em linha]. Disponível em: <https://www.gso.gov.vn/en/px-web/?pxid=E0244&theme=Population%20and%20Employment> [Acesso em: 2021/08/18].

General Statistics Office of Vietnam (2020c). General Statistics Office [Em linha]. Disponível em: <https://www.gso.gov.vn/en/px-web/?pxid=E0806&theme=Trade%2C%20Price%20and%20Tourist> [Acesso em: 2021/08/18].

General Statistics Office of Vietnam (2020d). General Statistics Office [Em linha]. Disponível em: <https://www.gso.gov.vn/en/px-web/?pxid=E1127&theme=Health%2C%20Culture%2C%20Sport%20and%20Living%20standard> [Acesso em: 2021/08/18].

General Statistics Office of Vietnam (2020e). General Statistics Office [Em linha]. Disponível em: <https://www.gso.gov.vn/en/px-web/?pxid=E1136&theme=Health%2C%20Culture%2C%20Sport%20and%20Living%20standard> [Acesso em: 2021/08/18].

General Statistics Office of Vietnam (2020f). General Statistics Office [Em linha]. Disponível em: <https://www.gso.gov.vn/en/px->

DESIGUALDADE URBANO-RURAL EM VIETNAM: 1986-2016
HAIYUN WU

web/?pxid=E1141&theme=Health%2C%20Culture%2C%20Sport%20and%20Living%20standard [Acesso em: 2021/08/18].

- Glewwe, P. & Grangnolati, M. & Zaman, H. (2000). Who Gained from Vietnam's Boom in the 1990's? An Analysis of Poverty and Inequality Trends. Washington, DC: World Bank.
- Griffin, K. (1977). Review of *Why Poor People Stay Poor*, *Journal of Development Studies* 14 (1), 108-9.
- Hien, N. & Tinh, D. & Tuyen, T. (2018). Contribution to Income Inequality by Income Source: A Comparison Across Ethnic Groups in Vietnam. MPRA Paper 88821, University Library of Munich, Germany.
- Jones, G. A & Corbrideg, S. (2010). The Continuing Debate About Urban Bias: the Thesis, its Critics, its Influence and its Implications for Poverty-Reduction Strategies [J]. *Progress in Development Studies* 10 (1), 1-18.
- Lewis, W. (1954). *Economic Development with Unlimited Supplies of Labour*. The Manchester School.
- Lipton, M. (1977). *Why Poor People Stay Poor: A Study of Urban Bias in World Development*, 1^aed. Australia: Temple Smith.
- Lipton, M. (1993). Urban Bias: Of Consequences, Classes and Causality [J]. *Journal of Development Studies*, 29 (4), 229-258.
- Masina, P. P. (2006). *Vietnam's Development Strategies*, 1^a ed. New York: Routledge.
- Nguyen & Luu & Trinh. (2016). *The Evolution of Vietnamse Industry*, United Nations University.
- Nguyen, H. T. M. & Doa, H. & Kay, A. & Kompas, T. & Nguyen, C. N. & Thang, T. C. (2017). *The Political Economy of Policy Exceptionalism During Economic Transition: The Case of Rice Policy in Vietnam*.

DESIGUALDADE URBANO-RURAL EM VIETNAM: 1986-2016
HAIYUN WU

- Raymond, C. (2008). "No Responsibility and No Rice": The Rise and Fall of Agricultural Collectivization in Vietnam. *Agricultural History*, 82 (1), 43-61.
- Reder, M. W. (1971). Wage Differentials: Theory and Management. In: Burton J. F., Benham L. K., Vaughn W. M. and Flanagan, R. J., (Eds.) *Readings in Labor Market Analysis*, New York: Holt, Rinehart and Winston, pp. 281-309.
- Sarwar, A. M. & Malik, N. & Sarwar, H. & Waqas, M. (2011). Impact of Education on Poverty Reduction. *International Journal of Academic Research*, 3 (1), pp. 659-664.
- Schultz, T. (1964). *Transforming Traditional Agriculture*. New Haven and London: Yale University Press.
- Song, N. V & Phuong, N. T. M & Cuong, H. N & Diep, N. X & Diep, D. T & Huyen, V. N & Huyen, V. T. K & Tiep, N. C & Trang, T. T. T. (2020). Vietnamse Agriculture before and after Opening Economy [J]. *Modern Economy*, 11 (04), 894-907.
- Thoburn, J. (2009). Vietnam as a Role Model for Development, WIDER Research Paper, The United Nations University World Institute for Development Economics Research (UNU-WIDER), Helsinki
- World Bank (2021). Macrotrend [Em linha]. Disponível em: <https://www.macrotrends.net/countries/VNM/vietnam/foreign-direct-investment> [Acesso em: 2021/08/19].
- World Bank (2003). *Rural Poverty Report* [M]. Washington DC: World Bank.